

A PRÁTICA DO CANTO ORFEÔNICO E CERIMÔNIAS CÍVICAS NA CONSOLIDAÇÃO DE UM NACIONALISMO UFANISTA EM TERRAS CATARINENSES

Tânia Regina da Rocha Unglaub

Pedagoga, Mestre em Educação pela UNICAMP e Doutora em História pela UFSC.

Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina

E-mail: taniaunglaub@yahoo.com.br

Resumo

O calendário anual brasileiro durante o período do Estado Novo registrava inúmeros feriados nacionais. Estas datas eram dedicadas a comemorações cívicas para atingir o imaginário popular e despertar sensibilidades patrióticas. Como parte deste cerimonial, os escolares entoavam músicas do repertório do Canto Orfeônico que foi implantado no Brasil sob a liderança de Villa-Lobos durante a vigência do governo Vargas. Em Santa Catarina, seguindo as orientações nacionais, o canto orfeônico foi sistematizado e fiscalizado por João dos Santos Areão, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas. Areão defendia a idéia de que essa música contribuiria para moldar na alma infantil o mais elevado espírito de civismo. Portanto, este artigo busca analisar e descrever a prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas em prol da consolidação de um nacionalismo ufanista em Santa Catarina. Para captar informações e dialogar com o passado foram ouvidos protagonistas que vivenciaram esse momento. Foram examinados suas fotografias e cadernos, bem como registros descritos em jornais da época e relatórios do inspetor Areão. Para a concretização dos objetivos mencionados, foi necessário pensá-los como análise das representações e sua construção de um sentido conforme a abordagem de Roger Chartier.

Palavras-chave: Comemorações Cívicas. Canto Orfeônico. Nacionalismo. História da educação catarinense.

THE PRACTICE OF ORPHEONIC CHOIR AND CIVIC CEREMONIES IN THE CONSOLIDATION OF A PROUD NATIONALISM IN LANDS OF SANTA CATARINA STATE

Abstract

The Brazilian annual calendar during the period of the New State registered innumerable national holidays. These dates were dedicated to civic commemorations to reach popular imaginary and to awaken patriotic sensibilities. As part of this ceremonial, the students singing songs of the repertoire of Orfeonic Chant that was implanted in Brazil under the leadership of Villa-Lobos during the Vargas government. In Santa Catarina, following the national orientation, Orfeonic Choir was systematized and supervised by João dos Santos Areão,

Federal Inspector of the Subsidized Schools. Areão defended the idea of that this music would contribute to mold in the infantile soul the highest spirit of civism. Therefore, this article aims to analyze and describe the presence of these civic ceremonies with the sound of orpheonic choirs in the consolidation of a proud nationalism in Santa Catarina. To capture information and to dialogue with the past heard protagonists who lived deeply this moment were heard. Their photographs and notebooks were examined, as well as newspapers of the time and reports of inspector Areão. In order to reach the objective, it was necessary to think them as analysis of the representations and its construction along with the approach of Roger Chartier.

Keywords: Civic Celebrations. Orpheonic songs. Nationalism. Santa Catarina.

“Apenas a imaginação pode atingir os lugares mais inacessíveis dos seres humanos.”
(Germaine de Staël)

Este artigo¹ se destina a descrever e refletir sobre as comemorações cívicas vivenciadas em Santa Catarina no período do Estado Novo, bem como a utilização do canto orfeônico² praticado nessas cerimônias e no cotidiano escolar. Pois um olhar sobre o referido período permite observar muitas comemorações de caráter cívico pontilhando o calendário escolar anual brasileiro. Ocorriam cerimônias carregadas de simbolismos patrióticos na busca de difundir valores e condutas de acordo com o ideário nacionalista. Essas práticas fizeram parte do plano nacionalista do governo autoritário de Getúlio Vargas, levado avante por normas e decretos estabelecidos, obrigando a participação de todo estudante. O Departamento de Educação prescrevia as diretrizes da programação, visando educar o imaginário³ popular a fim de “atingir os lugares mais inacessíveis dos seres humanos” (STÄEL, apud BRESCIANI, 2002, p. 33), ou seja, seus sentimentos.

¹ As coletas de informações e análises deste artigo são parte integrante da pesquisa de Doutorado em História, cursado na Universidade Federal de Santa Catarina e financiado pelo CNPq. (2004-2008).

² A nomenclatura “Canto Orfeônico” foi utilizada pela primeira vez em 1833 por Bouquillon-Wilhelm, professor de canto nas escolas de Paris, com o objetivo de homenagear o mitológico Orfeu, deus músico na mitologia grega, vinculado à origem mítica da música e à sua capacidade de gerar comoção naqueles que a ouvem. Essa relação com a mitologia esteve associada ao Canto Orfeônico como forma de alcançar a parte integrativa e afetiva dos alunos, ao conquistar atenção e emoção. O canto orfeônico procurou trazer mensagens e tentar incutir comportamentos nos seus praticantes e espectadores, tornando-se útil instrumento para objetivos sociais e político-ideológicos, atendendo à necessidade do momento político-social que a França vivenciava no século XIX. A harmonização social e de unidade da massa proporcionada pelo canto orfeônico surtia um efeito emocional pela linguagem musical, vinculada à transmissão dos conceitos de educação cívica e de valores morais por meio dos textos das canções, instalando um perfil cívico-patriótico em harmonia com os ideais do Estado na educação. No século XIX, essa prática originária na França foi muito difundida. Logo se disseminou por toda a Europa. CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

³ “Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem para si, dando sentido ao mundo”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina (subordinado ao DIP), unido ao Departamento de Educação (vinculado ao MEC), empenhou-se em produzir essa cultura nacionalista, com postura favorável ao regime do Estado Novo. Assim, as datas cívicas foram comemoradas por meio de conferências, recitativos, concertos, apresentações de ginásticas, marchas e cantos cívico-patrióticos em muitas escolas, teatros, ruas e praças das cidades e lugarejos catarinenses. Nesse estado, formar cidadãos com sentimentos pátrios brasileiros era um fator imprescindível e urgente, devido à grande concentração de imigrantes e descendentes de imigrantes europeus. Tanto alemães como italianos que viviam em Santa Catarina formavam colônias espalhadas pelo litoral e pelo interior e seguiam os costumes europeus. Estes grupos étnicos mantinham uma identidade própria, culturas diferentes e linguagem distinta, com práticas que contrariavam o movimento nacionalista desencadeado no plano federal, e “representavam alto risco para o programa nacionalista brasileiro” (D’Aquino, 1942, p. 30).

Para o governo central, o isolamento cultural, político e até mesmo comunitário, somado à multiplicidade cultural, idiomática e de identidade pátria variável, presente em alguns estados brasileiros, constituía seu maior desafio. Para fazer prosperar a política nacionalista, os dirigentes do Estado se uniram na aplicação de um projeto específico de nacionalização que atuava de forma coerciva visando a assimilação cultural. As cerimônias cívicas e a utilização do canto orfeônico fizeram parte da estratégia nacionalista, como elementos catalisadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, buscando minimizar ou mesmo anulando sentimentos de desagregação pela ligação emocional, cultural ou de qualquer outra ordem com a nação de origem (Cf. SCHWARTZMAN; BOMEY; COSTA, 2000. p. 182-5). A presença de canções patrióticas nos eventos cívicos era constante, tanto nos programas semanais praticados no pátio das escolas e nas salas de aula quanto nos teatros, saraus ou desfiles de rua.

Os hinos pátrios e o ensino do canto orfeônico tornaram-se obrigatórios na rede escolar e ampliaram-se nas grandes manifestações cívicas que mobilizaram a população em geral, tendo Villa-Lobos⁴ como o principal mentor deste projeto musical. Embora o maestro

⁴ Heitor Villa-Lobos (1887-1959). Nascido na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se um grande compositor e músico brasileiro. Compôs choros, sinfonias e concertos, óperas e coral, trilha sonora para cinema. Entre as décadas de 30 e 40 compôs nove Bachianas Brasileiras e organizou o Guia Prático - 137 peças para diversas formações escolares. Foi músico e educador e atuou como o primeiro superintendente da Superintendência da Educação Musical e Artística (1932), ligada ao Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Regeu grandes concentrações orfeônicas de escolares em prol da nacionalização do ensino. Foi o primeiro diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e organizou o programa de Canto Orfeônico para ser praticado nas escolas de todo o país (1942). MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. Em 2009 comemora-se 50 anos da morte de Heitor Villa-Lobos.

não pudesse estar em todos os lugares e reger a massa estudantil, os alunos cantavam de acordo com suas orientações transmitidas via Departamento de Educação em vários lugares do país. Em Santa Catarina, o Inspetor João dos Santos Areão⁵ tornou-se responsável por essa modalidade de ensino (RELATÓRIO, 1939 - 1º trim.). Ele orientava os educadores nas diretrizes do canto orfeônico e estimulava a participação dos escolares para unirem suas vozes nas festividades nacionalistas. Nessas programações cívicas, os estudantes participavam cantando e marchando num ato simultâneo.

COMEMORAR, CANTAR E MARCHAR: ATOS DE BRASILIDADE

Compondo o conjunto das cerimônias cívicas, comemorava-se a Semana da Pátria, o aniversário do presidente e do Estado Novo, o dia do trabalho, de Tiradentes, de Duque de Caxias, da Bandeira, da Raça, do Soldado, e outras datas impostas pelos estados e municípios. Em Santa Catarina, além destas datas, festejava-se o aniversário do interventor Nereu Ramos e das cidades. Aproveitava-se também para tornar dias festivos e declarar feriado facultativo as inaugurações de retratos de personalidades e visitas de autoridades. Nestas situações organizavam-se verdadeiras festividades cívico-patrióticas, que favoreciam a aglomeração de gente.

Para fortalecer os esforços de produção do sentido de brasilidade, somou-se ao calendário oficial outro evento de muita expressividade, que foram os Congressos de Brasilidade. Estas programações foram realizadas anualmente no período de 1941 a 1944. As diretrizes para sua realização eram impostas pelo governo federal e encaminhadas aos estados. A programação ocorria durante dez dias consecutivos. Iniciava no dia que antecedia o aniversário da instalação do Estado Novo, 10 de novembro, e concluía no dia da Bandeira. Ou seja, esses Congressos eram festejados nos dias 9 a 19 de novembro. O encerramento acontecia no dia da Bandeira por ser o ícone de uma nação.

Os Congressos de Brasilidade acontecidos em Florianópolis tinham como destaque conferências proferidas por autoridades em cada noite do congresso. Todas convergindo para

⁵ João dos Santos Areão, natural de São Paulo. Concluiu o Curso Normal em São Paulo e a convite de Orestes Guimarães (1912) veio para Santa Catarina para atuar no campo educacional. Em 1933 assumiu o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União. Foi responsável pela fiscalização das escolas influenciadas pela cultura estrangeira. Com o golpe do Estado Novo, essa nomenclatura foi alterada para Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas. Era responsável pela nacionalização do ensino e em 1939 assumiu a responsabilidade de orientar o Canto Orfeônico em Santa Catarina. FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2.ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 107.

a unidade política, cultural, histórica, moral, social, geográfica, econômica e patriótica. Estas conferências eram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina para que o cidadão pudesse reviver tais momentos. Durante os Congressos, além das conferências e programações noturnas, havia comemorações alusivas à Pátria durante o dia. A bandeira era hasteada nas escolas e repartições públicas. A programação diurna era variável e animada com apresentações das bandas de música da Força Policial, canções cívicas entoadas por escolares, outras atividades cívicas no jardim da Praça 15 de Novembro. O dia 10 de novembro era comemorado com o desfile dos escolares, que cantavam e marchavam num ato simultâneo nas principais ruas da cidade.

Isabel Lins, aluna do curso normal naquele período, se recorda destas comemorações e com voz trêmula relata: “Nós marchávamos e cantávamos ao mesmo tempo”. Assim que termina de falar, levanta-se e canta partes da canção em homenagem à Bandeira, gesticulando simultaneamente: “*Bandeira do Brasil, ninguém te manchará...; Marchar, marchar para frente, lutar incessantemente*” (ENTREVISTA, 2005). E acrescenta:

A fanfarra ia à frente do pelotão de alunos. Estes acompanhavam o desfile marchando; quando chegavam perante o palco, na presença das autoridades, as crianças cantavam hinos pátrios, e canções como “estudante do Brasil, tua missão é a maior missão”. A canção da mocidade brasileira, e as solenidades sempre encerravam com o Hino Nacional.

Ela continua em sua narrativa entusiástica falando que tanto participantes como espectadores pareciam estar envolvidos pelo programa cívico. Também conta que todos participavam sem reclamar ou criticar. Afinal, diz ela, “*não havia espaço nem para pensar em não cumprir as normas estabelecidas para a realização desta programação. Claro que era muito rígido, mas hoje foi para outro extremo e houve perda da identidade brasileira*”.

Para prender a atenção dos espectadores e envolvê-los no espírito nacionalista projetado pelas atividades e cantos, um cuidado todo especial era dispensado à preparação de cada evento para causar impacto nos assistentes. Cada detalhe era monitorado pelo Estado, através de órgãos especificamente designados para isso. O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina publicava o planejamento detalhado dessas festas, bem como a descrição das performances alusivas a comemorações cívicas. Havia um cuidado minucioso montado pelo aparato estatal em relação à mobilização popular, e também à obrigatoriedade da participação no ideário nacionalista. Apareciam também os nomes das instituições participantes, dos colégios, associações, comerciários, bem como a ordem e o momento da participação cívica.

Em cada dia comemorativo, além das autoridades que proferiam conferências visando despertar o sentimento patriótico nos seus ouvintes, havia apresentações de escolares e militares. Bandas tocavam hinos pátrios, escolares declamavam recitativos e entoavam hinos de louvor à Pátria. Para exemplificar a participação dos escolares, descrevo como esse fato aconteceu no I Congresso de Brasilidade, na cidade de Florianópolis. Os seguintes estabelecimentos de ensino: Grupo Escolar Padre Anchieta, Grupo Escolar Silveira de Souza, Grupo Escolar Lauro Muller, Grupo Escolar São José, Grupo Escolar Modelo Dias Velho, Liceu Industrial, Ginásio Catarinense, Instituto de Educação Coração de Jesus e Instituto de Educação de Florianópolis, foram convocados para homenagear o dia da instalação do Estado Novo (10/11/1941). Com certa antecedência, os nomes dessas instituições de ensino e a ordem em que deveriam se apresentar eram publicados no Diário Oficial.

Congressos de Brasilidade também foram realizados nos municípios do interior do Estado, seguindo as mesmas diretrizes nacionais. Os programas que ocorriam concomitantemente às comemorações cívicas eram enviados a Nereu Ramos, para serem controlados. Importa notar que, para que essa estratégia pudesse alcançar o êxito pretendido, o método utilizado foi nitidamente o da persuasão por Decreto, e o consequente acompanhamento ‘policidado’ para garantir a execução. Também se percebe, nas determinações emanadas dos decretos e portarias naquele período do Estado Novo, o registro de um cuidado excessivo na centralização até mesmo de detalhes de uma programação cívica, conforme se pode notar nos Diários Oficiais de Santa Catarina e circulares daquela época⁶. O anúncio do horário e local das programações das cerimônias de outras cidades também estava presente no Diário Oficial do Estado, descrevendo como os escolares deveriam participar. Destacavam a importância das “marchas, recitativos, hinos e canções patrióticas”. Depois de cada evento esbanjavam-se notícias como estas: “De acordo com o programa previamente elaborado, houve no dia 18 de novembro, em todos os estabelecimentos de ensino, preleções sobre o culto e o significado do pavilhão nacional, além de cantos e recitativos alusivos à Pátria (cf. DOESC, 20/11/1942).

De Campos Novos – Tenho a honra de comunicar na V.Excia. que ficou organizado o seguinte programa comemorativo do 2º. Congresso de Brasilidade: dia 10 às 8 horas, hasteamento da Bandeira Nacional, na Praça

⁶ O Decreto-Lei nº 76, art. 2º, do dia 4/3/1938, determinou o controle nas programações das comemorações cívicas e escolares. Era solicitado antecipadamente o envio do programa de cada atividade comemorativa ao Departamento de Educação. Um exemplar do programa deveria ser remetido para ser examinado para aprovação de sua execução nas comemorações. Este poderia ser desaprovado, no todo ou em parte, se não correspondesse às exigências daquele departamento.

Lauro Muller; às 14 horas desfile dos educandos, às 20 horas oradores falando sobre as grandes realizações do Estado Novo, instituído e orientado sabiamente pelo grande Presidente Getúlio Vargas e logo após **os escolares entoarão hinos e canções patrióticas** (Idem, 17/11/1942) [grifo meu].

As autoridades estaduais e locais, padres, professores, alunos, funcionários públicos, comerciantes e população em geral recebiam convites para estarem presentes nessas festividades. Conectavam-se aos ideais de unidade, juventude, raça e brasilidade, bem como na afirmação do corpo da Pátria: “um corpo saudável, higiênico, produtivo” (Idem, 17/11/1942). Divulgações similares de outros lugares também marcavam as páginas dos jornais e Diário Oficial Catarinense. Entre as várias cidades catarinenses, as mais citadas foram: Canoinhas, Itajaí, Jaguaruna, Hamônia, Meleiro, Joinville, Rio do Sul, Rodeio, Timbó, Tubarão, Urussanga, Rodeio, Porto União, Porto Belo, Blumenau e Joaçaba. Após a descrição da programação seguia-se uma nota de louvor e exaltação ao Presidente Getúlio Vargas. Também não faltam elogios à obra grandiosa dos interventores, à Pátria e à glória dos heróis. Pode-se perceber que estas são localidades – cidades – que abrangem todas as regiões do Estado.

Tanto estes Congressos quanto as demais comemorações alusivas à Pátria costumavam ser publicadas nos principais jornais de circulação local ou estadual, como Gazeta, Diário da Tarde e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Eles anunciavam as cerimônias cívicas com dez dias de antecedência, repetindo diariamente a notícia até o dia do evento. Quando se tratava de parada cívica, a ordem da programação e o local do encontro dos que desfilariam eram publicados com todos os detalhes. Outras comemorações cívicas ocorridas nos teatros ou bailes também eram anunciadas. Após o evento, essas programações também eram noticiadas reiteradas vezes, por muitos dias. A participação da imprensa na divulgação da programação e no registro dos desfiles pode ser entendida como um profundo envolvimento na construção de mitos de nacionalidade. Os meios de comunicação estavam atentos ao fato de que as festividades cívicas eram importantes para fomentar sentimentos nacionalistas.

O Inspetor Federal João dos Santos Areão viajava por todo o Estado catarinense, trabalhando *in loco* nas escolas em prol da brasilidade, e acompanhou muitas festividades cívicas. Ele relatou que no último trimestre de 1939 fez várias viagens em companhia do Superintendente Geral do Ensino, professor Sebastião de Oliveira Rocha. Entre as cidades visitadas ele destacou a visita a Joinville, onde houve uma linda manifestação de patriotismo, “deixando transparecer muito da ordem e disciplina impostas aos educandos” (RELATÓRIO DE AREÃO, 4º trim., 1939). O Inspetor Federal comenta que após percorrer todos os

estabelecimentos de ensino primário daquela cidade e assistir a várias reuniões de alunos, professores e inspetorias de ensino, eles tiveram “a oportunidade de apreciar o desfile de 2.400 crianças todas uniformizadas, no qual marchavam e cantavam com muito garbo e entusiasmo, como se fora uma verdadeira parada” (Idem).

Todas estas festividades cívicas e atividades populares utilizaram a música e os cantos nacionalistas, com a finalidade de moldar o imaginário, buscando a unidade do regime Vargas. Os dirigentes educacionais e políticos se empenharam em trabalhar exaustivamente com os estudantes do Brasil. Nota-se que uma das estratégias foi a exaltação da figura do presidente de várias formas e utilizando todos os recursos disponíveis. O objetivo era tornar Getúlio Vargas o mais próximo possível da população, a fim de imprimir sua imagem como “pai da Pátria”. Por isso foram agendadas visitas suas em vários estados e cidades do Brasil. Sua presença e seus discursos em cada local que visitava conferiam um ar de encantamento entre participantes e expectadores. Em março de 1940, Santa Catarina foi privilegiada com a primeira visita oficial do excelentíssimo Presidente Getúlio Vargas (DOESC, 9/3/1940), durante a qual ele inaugurou algumas obras e retratos seus em locais públicos. São Francisco, Florianópolis, Joinville e Blumenau receberam o ilustre Chefe da Nação. Houve grande preparo para recepcioná-lo com muita pompa. Os cidadãos entusiasmados com o progresso e idealismo do Novo Brasil organizaram uma grande festa cívica, com a participação de escolares, comerciários, sindicatos, sociedades esportivas, associação de classe e militares.

Os depoentes Mauro Gil, Isabel, Zenilda e Dilma se lembram da visita de Getúlio Vargas a Florianópolis. Todos eram estudantes nessa época. Eles contam que foi um dia muito chuvoso e que, apesar do mau tempo, a programação seguiu seu curso normal. Lembram que todos os alunos cantavam e marchavam, para homenagear o presidente. Embora as roupas estivessem encharcadas, continuavam ‘cantando e marchando’. O fato que aconteceu com a depoente Zenilda ilustra a rigidez mantida durante o ato cerimonial. Ela conta que devido à chuva e ao frio, sua mãe, preocupada com sua saúde, mandou levar um casaco azul da mesma cor da saia do uniforme para colocar por cima da blusa do uniforme. Mas quando Getúlio Vargas chegou e todos os alunos já estavam alinhados no pátio, a professora a fez tirar o casaco. “*Era imprescindível estarmos todos devidamente uniformizados. Eu era pequena (7anos mais ou menos), senti muito frio*” (ENTREVISTA, 2006). Ela lembra que a professora só devolveu o casaco no outro dia. O fato a entristeceu, pois teve que ir para casa molhada e com frio. Esta situação é apenas um exemplo da rigidez do programa cívico e o respeito ao chefe da nação num regime autoritário. Percebe-se também

o lugar que o canto cívico ocupava neste cenário, porque os alunos não podiam parar de cantar e marchar.

Já Isabel Lins lembra-se daquela visita do presidente com muita saudade. Com lágrimas nos olhos, ela nos disse que toda vez que olha para o Palácio lembra, como se fosse hoje, daquele dia festivo e emocionante, quando teve o privilégio de conhecer o grande chefe da nação, Getúlio Vargas. Com muito entusiasmo Isabel relatou que a banda da força militar ia à frente de todo o pelotão da escola, e todos os alunos marchavam e cantavam com muito entusiasmo as músicas “Estudante do Brasil” e “Mocidade do Brasil”. O apogeu dessa festividade ocorreu em frente ao Palácio do Governo, e a depoente menciona que *“ali em frente ao Palácio, todos os alunos e professores cantaram o Hino Nacional com uma reverência enorme, e nem nos importamos com a chuva que nos deixava bem molhados”* (ENTREVISTA, 2005). Dilma Livramento, outra entrevistada, contou-nos como vivenciou esse dia: *“Nós cantávamos com muito fervor e não havia nada que nos fizesse parar de cantar na hora indicada de uma cerimônia cívica”*. Depois de uma pausa Dilma comenta que ela com muitos colegas marchavam e cantavam em frente ao Palácio do Governo. *“Chovia, as gotas de chuva nos deixavam molhados, mas não parávamos de cantar e marchar. Era uma emoção muito grande! Nós cantamos para louvar o Brasil!”* (ENTREVISTA, 2005).

O Diário Oficial noticiou esse acontecimento, e destacou que “apesar da chuva que caía sobre a cidade de Florianópolis, houve às 17 horas, do dia 10 de março de 1940, uma grande manifestação recepcionando o excelso Chefe da Nação, com participação das forças de terra e mar, escolares, sociedades esportivas, associações de classe e sindicatos” (DOESC, 17/3/1940). Também nesse documento é relatado que a Banda da Força Pública ia à frente dos subgrupos de escoteiros e escolares, seguindo as orientações determinadas. A programação foi anunciada com detalhes, indicando a ordem e a posição dos grupamentos. As manifestações do público visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político e da aceitação às diretrizes impostas, sem a possibilidade de contestação. Entre as datas cívicas determinadas pelo calendário oficial destacava-se a Semana da Pátria, tendo como ponto culminante o Sete de Setembro, dia da Independência do Brasil. Nessa data havia um envolvimento massivo de todos os setores públicos e privados. Nos dias próximos ao Sete de Setembro, jornais de vários estados traziam garbosas manchetes sobre as comemorações da Semana da Pátria.

Os alunos, seus familiares e a população em geral participavam desses eventos de forte apelo cívico-patriótico. Os escolares marchavam e cantavam. As letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ritmo da marcha visando imprimir no imaginário

infantil o amor à Pátria brasileira e por esse meio alcançar suas famílias. As festividades eram abertas ao público, mas não obrigatórias aos familiares dos alunos. Mas a habilidade dos governantes se manifestou na utilização dos estudantes em bem elaboradas apresentações que faziam com que o povo comparecesse ao local do evento para prestigiar seus pequenos parentes ou vizinhos em suas apresentações.

Uma das entrevistadas durante a pesquisa, a professora Isabel Lins, mostrou dois álbuns fotográficos que guardam as imagens daquelas práticas escolares ocorridas entre as décadas de 30 e 40. Ela chama a atenção para uma foto em que se pode perceber que alunos cantavam e marchavam num ato simultâneo durante o desfile de rua.



Figura 1 – Escolares cantam e marcham simultaneamente⁷

Na imagem fotográfica acima, pode-se observar que os alunos estão devidamente uniformizados, celebrando o dia da Pátria. Este retrato, quando ampliado, mostra a boca dos estudantes semiabertas, a indicar que estão cantando enquanto marcham durante o desfile de rua. Esta é uma das muitas fotografias de desfiles guardadas no álbum da professora Izoete Elisa Gouveia⁸, que mais tarde o repassou como herança à sua sobrinha Isabel Lins. Ao tecer comentários sobre a foto, a professora diz: “*Veja, a Tia Lili está acompanhando o pelotão dos estudantes. Ela está ao lado direito do grupamento; há duas professoras na frente dela, que também estão cuidando dos alunos*” (ENTREVISTA CITADA). As professoras

⁷ Imagem retirada do álbum fotográfico pertencente ao acervo de Isabel Lins e cedida à autora da pesquisa em Florianópolis no mês de dezembro de 2005.

⁸ Izoete Elisa Gouveia Müller (1897-1966), chamada de “tia Lili” por sua sobrinha Isabel Lins. Na década de 30 e 40, essa professora trabalhou com muito esmero, na região de Blumenau e Joinville, em prol da nacionalização do ensino. Em 1938, quando diretora do Grupo Escolar Luiz Delfino, cidade de Blumenau, recebeu de presente um álbum fotográfico de seu aluno Nelson Gaertner no dia de seu aniversário (3/10/1938). Este aluno cursava o quarto ano masculino do curso primário nessa instituição escolar. O álbum contém fotografias das atividades escolares de que ela participou ou promoveu. Essas informações estão descritas na contracapa do álbum.

acompanhavam o desfile ao lado dos alunos, enquanto os espectadores participavam deste espetáculo ao lado da rua.

Há vários registros fotográficos de desfiles e cerimônias cívicas nesses álbuns de fotos da tia Lili, que a professora Isabel Lins conserva como relíquia. As fotos nos permitem fazer uma leitura do passado sobre estas paradas ritualizadas pela população estudantil, visando unificar um imaginário social. A professora Izolete, conhecida por tia Lili, como educadora nacionalista tinha interesse em guardar através de retratos a participação dos alunos de sua escola nesse evento. Esse era um momento importante para sua instituição, por isso deveria ser eternizado por imagens fotográficas.



Figura 2 – Desfile de Sete de Setembro – Blumenau/SC, 1939.⁹

Ao ritmo da banda militar os escolares marchavam e cantavam festejando o dia da Pátria. Também se pode ver, por essas fotos, a participação numerosa de pessoas envolvidas no cerimonial. Quem não estava marchando, estava assistindo. O comparecimento da população era voluntário. Os espectadores tinham interesse em ver seus filhos, amigos e parentes. Mas a presença de escolas públicas e particulares, forças armadas, polícia militar, bombeiros, comerciários e associações era obrigatória. Esse fato mobilizava um grande número de participantes, especialmente nas grandes cidades. Essas comemorações favoreciam o estreitamento dos laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores funcionários e familiares; as paradas cívicas ritualizadas pela população estudantil contribuía para unificar um imaginário social.

⁹ Acervo de Isabel da Silva Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2006.

A Professora Dilma, outra depoente, iniciou seu exercício de magistério em Blumenau, no ano de 1943, e comenta com indisfarçável saudosismo os desfiles dessa cidade. *“Era lindo! Hoje não existe mais brasilidade, não existe mais amor à Pátria; existe talvez no coração das pessoas, mas naquele tempo se manifestavam, vibravam, compreendeu? Cantavam com a mão no peito sabe, com sentimento!”* (ENTREVISTA, 2005).

Essa forma de cantar pode-se notar no registro fotográfico também encontrado no álbum da tia Lili. São alunos do Grupo Escolar Luiz Delfino da cidade de Blumenau, participando de uma cerimônia cívica no período do Estado Novo. Eles entoavam hinos pátrios em atitude de reverência, tendo a mão direita posta sobre o peito esquerdo, lado do coração.



Figura 3 – Alunos de Escola Catarinense cantam com a mão no peito – década de 40.¹⁰

Eles estão devidamente uniformizados e perfilados, utilizando o gesto indicado pelo Departamento de Educação. Eram diversas as saudações e posturas que deveriam executar dependendo da ocasião e da cerimônia. Havia um detalhamento sobre cada tipo de saudação, sobre cada posição exata das mãos, dos braços, dos dedos, do corpo em cada uma delas e ainda a significação patriótica de cada gesto¹¹.

Claudine Haroche comenta sobre a questão dos rituais de civilidade na política absolutista e se pode perceber certa similaridade com esta situação.

¹⁰ Acervo de Isabel da Silva Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2006.

¹¹ Ver o Programa do Ensino de Música do Departamento de Educação do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficina gráfica da secretaria geral de Educação e Cultura, 1937. p.17.

O poder busca ter ao alcance da vista o gesto, o comportamento, o olhar de cada um para assegurar-se, por meio de signos visíveis de reverência e de respeito, da obediência de corpos e almas. A atenção dedicada pelo poder aos corpos, aos gestos, às posturas e aos olhares, para neles desvendar toda falta de deferência, é, pois, um elemento crucial na política absolutista de corpos e almas. (HAROCHE, 1998, p. 54).

Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios. Assim buscava inculcar o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo, garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado. Multidões infantis louvavam a Pátria com sua voz e seu corpo. Cada ação dos alunos na ‘massa’ coral recebia uma grande relevância na organização da sua totalidade, imersa num simbolismo que busca o louvor da Pátria em cada detalhe de seus gestos. A música e os gestos sincronizados atuaram em favor da política do Estado Novo, em busca da unificação dos sentimentos pátrios.

A prática das cerimônias cívicas, encenadas com marchas, cânticos, recitativos de escolares e discursos de autoridades civis e militares, representando a brasilidade, se fazia presente nos feriados nacionais, bem como noutros momentos cívicos indicados por autoridades locais. O Sr. Ivo D’Aquino, Secretário do Interior e Justiça, recebia por telegrama a comunicação de tais práticas, que eram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina repetidas vezes. De Gaspar chegaram as seguintes palavras: “Encerramos ontem brilhantemente a Semana da Pátria, constituindo uma nota empolgante o desfile composto por 2.000 crianças, que marcharam e elevaram suas vozes infantis entoando canções patrióticas” (DOESC n.1584, p. 4 - 9/9/1939). De Imaruí chegou o relato assim publicado:

Com a colaboração dos srs. professores das escolas da sede e localidades circunvizinhas fez-se executar o seguinte programa: às 7 horas, hasteamento da bandeira nacional no edifício da Prefeitura com comparecimento de escolas da sede. Às 10 horas nova concentração, comparecendo todas as escolas da sede e localidades vizinhas, sendo ouvidos muitos recitativos. A seguir as escolas desfilaram pelas ruas da cidade entoando canções patrióticas. À tarde houve demonstração de educação cívica, à qual compareceram todas as escolas, e à noite houve sessão cívica com pronunciamento do Prefeito Municipal, focalizando a sugestiva data. A seguir foi encerrada a sessão sob acordes do Hino da Independência executado pela banda musical local e pelo povo. (Idem. nº 1587 - 13/9/1938).

Em todas as cidades e povoados de Santa Catarina a programação do Dia da Pátria era intensa. O exame dos arquivos da APESC mostra vários relatos destas festividades escritas à mão por professores nacionalistas. Esses documentos revelam como os cantos faziam parte do cerimonial. A escola de Costeira do Ribeirão, da cidade de Florianópolis, por exemplo, registrou que iniciou suas festividades patrióticas às 9 da manhã com o Hino Nacional, logo em seguida entoaram muitos cânticos patrióticos, encerrando esta sessão com a Canção dos Pássaros. Também foi relatado que apresentaram alguns números de ginástica. Após essas apresentações, os alunos saíram perfilados, cantando e marchando os hinos cívicos usados na escola, até chegarem à praia Francisco Martins, onde os alunos se divertiram com bola, saltos e corridas. Às 16 horas houve uma passeata nas ruas próximas da escola, “com grande entusiasmo da ‘piaçada’¹² entoavam cânticos patrióticos e, davam vivas à gloriosa data Sete de Setembro”! (RELATÓRIO - Diretor da Escola 8/9/1939). Também é dito que à noite houve mais saudações sobre a data comemorativa com diversas declamações pelos alunos mais hábeis e músicas entoadas pelo Coro Orfeônico da escola. Logo após esta programação, houve um animadíssimo baile. A festa teve seu encerramento às 24 horas com o Hino Nacional.

Relatórios semelhantes chegaram ao Departamento de Educação, tanto de escolas da capital como do interior do Estado, detalhando minuciosamente sua programação. O nome das músicas cívico-patrióticas, recitativos, oração pela Pátria, números de ginástica e outras atividades que engrandeciam a pátria brasileira foram registrados. Também era costume informar, por meio do Diário Oficial de Santa Catarina, além do nome das escolas que prestavam homenagens no Dia da Pátria em diversas cidades, a inauguração do retrato do Presidente da República¹³. É bem comum encontrar notícias das festividades cívicas ocorridas nas cidades de Florianópolis, São Francisco, São Bento do Sul, São Joaquim, Tijucas, São José, Biguaçu, Chapecó, Generasópolis, Canoinhas, Itajaí, Jaguaruna, Hamônia, Meleiro, Joinville, Jaraguá, Indaial, Blumenau, Joaçaba, Rio do Sul, Ituporanga, Rodeio, Timbó, Tubarão, Urussanga, Porto União, Porto Belo e Rodeio.

Se por um lado desfiles, marchas, cantos, recitativos e outras atividades movimentavam praças, ruas, pátios escolares e salas de aulas, o governo não descuidou de outras formas de impactar a sociedade envolvendo uma parcela mais elitizada da sociedade catarinense. As informações periodísticas registraram várias atividades bem elaboradas de cultura pelos teatros e salas de cultura. Um desses relatos reporta uma grande noitada de arte

¹² Termo usado para os meninos e adolescentes.

¹³ DOESC. Ano V (outubro, 1938).

ofertada pelo Interventor Nereu Ramos à sociedade florianopolitana no Teatro Álvaro de Carvalho. Este foi considerado um acontecimento marcante nas solenidades da passagem do dia Sete de Setembro, ‘data magna da nacionalidade’. “As figuras mais representativas da alta sociedade, viveram horas de intensa vibração artística, com a exibição do esplêndido conjunto musical-vocal da Sociedade Dramático-Musical Carlos Gomes de Blumenau, sob a impecável regência do maestro Heinz Geyer” (DOESC, 9/9/1939). Esse concerto músico-vocal, como parte do protocolo, foi anunciado com antecedência, divulgando sua programação. Após a apresentação, os jornais continuavam noticiando o sucesso do concerto músico-vocal que homenageou a Semana da Pátria:

As 20:30 horas teve início o concerto, com a execução do Hino da Independência, pela orquestra, seguindo-se a abertura da ópera “Guarani” de Carlos Gomes. Logo após, orquestra e coro davam cumprimento à segunda parte do programa com a suite sinfônica “Brasil”, de autoria do maestro Geyer. Dividida em três partes, a primeira em andamento *adagio*, intitulase Minha Terra, calcada em motivos do célebre poema de Gonçalves Dias. (...) A segunda parte serve a motivos cheios de beleza pictórica, onde aparece o nosso tropeiro rude, de alma simples, entoando uma canção, muito bem interpretada pelo sr. F. Brak. Do *moderato* da segunda parte, passa a suite para um *allegro finale*, denominado A Bandeira, uma expressiva alegoria ao pavilhão nacional. O concerto finalizou com o Hino Nacional para grande coro e orquestra. Neste momento todos puderam participar, elevando suas vozes em louvor a nossa grande Pátria. A maneira feliz com que o consagrado maestro Heinz Geyer viu a terra brasileira para transportá-la à pauta musical valeu-lhe os aplausos prolongados da assistência seleta do serão artístico da quarta-feira última (DOESC, 12/9/39).

Os estudantes também marcaram sua presença nesta festa cívica. No intervalo entre a segunda e a terceira parte, alunas do Instituto de Educação e do Colégio Coração de Jesus homenagearam o maestro Geyer, em nome do Interventor do Estado Federal, ofertando-lhe linda corbelha de flores naturais. A senhorinha Solange Mazarakis pronunciou, então, palavras de agradecimento e exaltação à Pátria. “Os escolares participaram dessa apoteose patriótica, fazendo parte do grande coro na consagração final do pavilhão brasileiro” (Idem). O Inspetor Federal das escolas subvencionadas, João dos Santos Areão, diante da magnitude do espetáculo, percebeu a importância de registrar esse episódio no relatório da inspetoria, dirigido a Gustavo Capanema, Ministro da Educação:

As comemorações levadas a cabo no Estado em honra ao dia da Pátria, assumiram proporções dignas de nota. S. Excia, o Sr. Interventor Federal procurou dar um brilho invulgar a essa data, elaborando um programa jamais visto. No dia 6 de setembro, a orquestra da cidade de Blumenau, acompanhada de um bem organizado coro de vozes, exibiu-se no teatro “Álvaro de Carvalho”, com um programa que satisfaria a mais exigente

platéia. Foi uma noitada de arte que deixou viva reminiscência aos espectadores, dando destarte, uma demonstração extraordinária do incremento que vem tomando a música em nosso meio. Para terminar, houve no Palácio do Governo uma festiva recepção, tendo comparecido uma multidão que foi levar a S. Excia., o senhor Interventor Federal, Nereu Ramos, os cumprimentos de congratulações pela passagem da grande data. Seguiu-se à recepção um grande baile de gala (RELATÓRIO de AREÃO, 4º trim., 1939. fls. 253 e 254, p. 34-5).

É digno de nota que Areão elogiou o extraordinário programa musical que fez parte das festividades oficiais, em favor do nacionalismo do ano 1939. No ano anterior, durante as comemorações da Semana da Pátria, também houve destaque musical numa sessão cívica realizada no salão nobre do Instituto de Educação, prestigiada pela presença do Interventor Nereu Ramos acompanhado de altas autoridades civis e militares. Um grande número de pessoas de destaque na sociedade de Florianópolis e inúmeras famílias de pais de alunos marcaram sua presença no evento.

Na abertura usou a palavra o prof. Sebastião de Oliveira Rocha, superintendente do Departamento de Educação. A parte musical do programa constou de Maria Bonita, Ainda Lembrarás, Hino da Escola Normal, Cantiga de Ninar e Abraçando Minha Terra e Gentile, parte do Guarani de Carlos Gomes. Essas músicas foram entoadas por um grupo de alunas, acompanhadas ao piano pela profa. Judite Simone. Encerrou-se a sessão com o Hino Nacional. Durante a festa, tocou em frente a Escola, a afinada banda de música da Força Pública (DOESC, Ano V, n. 1296, 6/9/1938).

Tudo era feito de tal maneira a expressar grandiosidade e ufanismo com o propósito de impressionar o público em geral e até mesmo as autoridades participantes. O maestro Villa-Lobos enfatizava que a música possuía um poder de socialização, predispondo o indivíduo a substituir a noção egoísta da individualidade excessiva pela integração na comunidade. “O canto coletivo valoriza o espírito de renúncia e desperta a disposição da solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades” (VILLA-LOBOS, s/d. p.10). Essas palavras do grande maestro fortaleciam os ideais dos dirigentes catarinenses, principalmente Areão, que muito se interessava pela união dos imigrantes ao sentimento de brasilidade. Ele acreditava no poder do canto. Por isso os cantos nacionalistas eram entoados pelos estudantes nos desfiles de rua e nas escolas. Também havia espetáculos musicais à noite, que alegravam e exaltavam a Pátria. Estes concertos ocorriam em recintos fechados e nobres como o Teatro Álvaro de Carvalho e salão nobre de instituições educativas.

Importa notar que não apenas nas grandes datas cívicas, nas visitas de autoridades e outras comemorações já mencionadas, o nacionalismo estava presente. O dia a dia escolar também refletia a preocupação do poder central com a consolidação do espírito nacionalista. Dilma também fala das programações cívicas ocorridas nas escolas todos os sábados. Este dia era dedicado para louvar a Pátria brasileira. As professoras se esmeravam na preparação do programa. *“Cada sábado uma turma era responsável pela programação e a gente se esmerava ao máximo para fazer tudo direitinho e bonito”* (IDEM). O programa consistia no hasteamento da bandeira, saudação à bandeira, hino à bandeira, Hino Nacional. Depois a turma responsável pela programação apresentava o que havia preparado. *“Os alunos sempre entoavam cânticos, declamavam poesias e recitativos. Usavam neste dia uniforme de gala e o clima era sempre festivo”* (IDEM).

Isabel Lins, que iniciou seu trabalho de professora em Rio do Sul, acrescentou um detalhe interessante sobre o momento cívico escolar. Para que os alunos de toda a escola estivessem reunidos na hora cívica no mesmo horário, estabeleceu-se que aos sábados o horário das aulas seria diferenciado dos demais dias, justamente para que a cerimônia cívica ganhasse ares de grandiosidade. Foi decidido que a turma da manhã teria aula das 8 às 10 h e a turma da tarde, das 10 às 12 h. Então a hora cívica seria realizada às 10 horas para que todos os alunos pudessem participar em conjunto. Assim haveria um maior número de alunos participando juntos. Os familiares também eram convidados a assistir ao momento cívico, o que animava os alunos já que a programação era dividida por turmas, cabendo a cada uma delas um sábado para se apresentarem. Esse era o dia de prestar homenagem à bandeira. Isabel se recorda:

A programação cívica dos sábados era muito bonita e envolvente. A comunidade participava, havia um verdadeiro esmero; os pais da turma responsável pela apresentação também participavam destas cerimônias. Tocavam instrumentos como violino e violão. Lembro-me de um dia em que uma avó de aluno, imigrante alemã, cantou um hino de saudação à bandeira, sua voz era um soprano muito lindo; embora cantasse com sotaque alemão, era possível entender a letra (ENTREVISTA, 2006).

Estes depoimentos parecem demonstrar um cenário positivo, progressista, lúdico e de encantamento pelas atividades. Entretanto, vale lembrar que estas eram professoras brasileiras ou estudantes do curso normal, que estavam preparando-se para servir a Pátria. Ou seja, tinham a missão de construir um novo Brasil. Mas neste Estado viviam homens e mulheres de deferentes etnias, que tinham sua cultura própria, que eram o alvo do processo nacionalizador

e muitos se sentiam discriminados, mesmo participando desse ritual. É o caso de Leonor Belz, de origem alemã. Ela conta com lágrimas nos olhos de sua primeira participação no Sete de Setembro, em 1940:

O caminhão do exército veio nos buscar para marchar e cantar na Rua XV. Eles iam nos levar da escola até lá, porque era longe. A gente ia em pé, na carroceria. Lá em cima era fácil se desequilibrar e cair, e de repente as crianças me empurraram e me derrubaram lá dentro daquela carroceria, só por causa da minha origem. Eu cheguei toda suja e machucada para me apresentar. Os meninos brasileiros tinham muito preconceito, não respeitavam a gente (BELZ, entrevista, 2006).

Importa lembrar que muitos alemães apenas aprendiam a fonetizar as palavras de hinos cívicos tais como o Nacional e o da Bandeira. Por isso muitas vezes nem entendiam o que estavam cantando. O conjunto de atividades, as marchas e as canções e hinos mascaravam os sentimentos dissonantes dessa população de imigrantes. Nas entrevistas com alemães ou descendentes é possível perceber mágoas associadas a maus-tratos psicológicos no momento das canções, em relação à origem dos imigrantes. Leonor afirmou: “Eu gostava de cantar, mas o que eu ficava triste é porque faziam gozação dos meus olhos azuis” (Idem). O complexo aumentou em relação a isso. A cor denunciava sua origem étnica, proporcionando discriminação e medo de punição. Com lágrimas nos olhos e voz embargada, Leonor acrescentou:

Sabe, meu pai estava construindo um sobrado em Blumenau, e eu estava com ele lá em cima, e passou um batalhão na rua. Meu pai e eu ficamos olhando o grupo passar, alguns deles olharam para cima e gritaram: “Seu alemão, seu olho azul, nós vamos arrancar estes olhos azuis de vocês”. Na hora nos escondemos. A gente só estava olhando o grupo passar. Eu tinha muito complexo de meus olhos azuis (Idem).

Elizabeth Feldhaus Martinhago, outra descendente de alemães, também sofreu maus-tratos psicológicos na escola. Numa ocasião de um Sete de Setembro, no período da guerra, ela, com apenas sete anos de idade, em determinado momento da programação cívica foi empurrada pela professora para a frente dos alunos, com a ordem: “Canta, sua quinta coluna, canta” (ENTREVISTA, Apud: FÁVERI, p. 125). Embora Elizabeth não soubesse cantar em português, procurou obedecer para evitar outros castigos. Imediatamente começou a pular e fingir que cantava. “A gente tinha que pular junto porque não sabia cantar em brasileiro, como eles estavam cantando” (Idem).

O aluno tinha que cantar; caso não soubesse precisava fazer de conta. As más lembranças não se referem à estrutura musical em si, mesmo porque esta foi inspirada no

estilo musical europeu da época. Não cantar os hinos pátrios do Brasil, ou pronunciar as palavras de forma incorreta, provocava represálias que produziam ressentimentos em muitos imigrantes. João Bosco também lembra como se sentia em relação à obrigatoriedade de cantar, nos tempos de Rio do Sul. Recuperando um fragmento das imposições quando acabava decorando sem entender nada, fala: “*Quem são os cacos que vão me fazer cantar o Hino Nacional? Que coisa! O Hino Nacional eu cantei na escola até me cansar! Ouviram do Ipiranga... não adianta falar as coisas como um papagaio*” (ENTREVISTA, Apud: FÁVERI, 2004, p. 125).

A professora brasileira Isabel também conta sobre a obrigação de fazer o imigrante cantar músicas nacionalistas brasileiras na escola:

Lembro-me do aluno Hegen Hegel, descendente de alemães, alemãozinho de cabelinhos bem branquinhos, que apresentava uma certa irregularidade na pronúncia do português, o que era comum, pois em casa só falavam o alemão. Lembro-me quando ele cantava com a pronúncia arrastada o Hino Nacional e outros cânticos. (Ela o imita cantando com sotaque alemão). O aluno não precisava entender o que cantava; o que interessava era que cantasse. Os alunos sempre cantavam. Eles ficavam enfileirados e cantavam. Sabe, é que as notas musicais ficam nos sentidos, e aos poucos eles iam criando amor à Pátria deles. Porque a Pátria deles era aqui no Brasil, terra que lhes deu abrigo. A gente precisava inculcar na mente deles os valores de amor a Pátria onde nasceram, ou que os recebeu. Eles dessa forma aos pouquinhos iam entendendo que aqui é a Pátria deles, que lhes dá comida e acolhida. Como era lindo ouvir as canções das crianças! (ENTREVISTA).

Essa obrigatoriedade de cantar mesmo sem entender era levada muito a sério pelo governo. O ato de cantar carregava o simbólico da representação da brasilidade. Consequentemente, quem não cantasse era visto como “inimigo” da Pátria e identificado pelo termo “quinta coluna”. Isto está de acordo com os estudos de Baczko. Ele fala sobre o imaginário com um enfoque centralizado nos símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos, podem até mesmo plasmar visões do mundo e modelar condutas (BACZCO, p. 297).

Percebe-se que os habitantes do Estado catarinense, mesmo sendo pessoas de diferentes gerações, etnias ou cultura, no período do Estado Novo estavam produzindo sentidos através de seu imaginário. A forma como receberam sensações, produziram símbolos. Estes são significados nas representações de si, do mundo, do outro. Foi por isso que o governo usou todos os meios para apropriar-se do imaginário da população residente no Brasil. Fomentou festas cívicas nas ruas, praças e instituições educativas para moldar os sentimentos segundo os pressupostos do poder dominante. O regime autoritário acreditava

que era necessário fazer desabrochar sentimentos nacionalistas na população, que por sua vez dariam sustentação à própria representação pretendida.

Diante da euforia nacionalista, repleta de cerimônias cívicas, aqui apresentadas, fico a pensar como as pessoas construía os sentidos diante da avalanche de homenagens apoteóticas! Que símbolos as melodias e letras desses hinos e canções cívicas representaram? Os sentimentos e reações dos diferentes grupos vivendo a realidade do Estado Novo em Santa Catarina variavam de acordo com o imaginário coletivo aceito e vivenciado pelo grupo de que eram originários. Percebe-se que apresentavam representações diversas da realidade. As representações também são portadoras do simbólico. Ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam. Carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Pesavento observa que

a força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com um real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. A representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais, no qual as pessoas vivem (PESAVENTO, 2003, p. 41).

De acordo com este conceito, as representações formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, expressas por normas, discursos imagens e ritos, que fazem os homens viverem por elas e nelas. Elas são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa de um certo real dado. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. Foi por isso que o governo usou todos os meios para apropriar-se do imaginário da população residente no Brasil. Utilizou a escola, cerimônias cívicas em locais públicos, rádio, imprensa e a força do exército para moldar os sentimentos segundo os pressupostos do poder dominante. O regime autoritário acreditava que era necessário fazer desabrochar sentimentos nacionalistas na população, que por sua vez dariam sustentação à própria representação pretendida.

Para Baczko a construção de sentido é ampla, e pode ser chamada de imaginário. Este se constrói e se expressa por palavras, sons, imagens, coisas materiais, e por práticas, ritos e performances. Também comporta crenças, mitos ideologias, conceitos, valores, construindo identidade e exclusões. O autor defende a idéia de que “é por meio do imaginário que se

atinge não só a cabeça, mas, de modo especial, os sentimentos”¹⁴, ou seja, aspirações, medos e esperanças de um povo. É através do imaginário que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. Nesse sentido, “o imaginário atua como uma forma de realidade, construindo representações que induzem e pautam as ações” (Idem).

A música nacionalista expressada por palavras e sons adquiriu um significado ímpar, indo além dos ritos e performances presentes nas cerimônias cívicas públicas e no cotidiano escolar. Essa linguagem portadora de muitos significados buscou apropriar-se dos sentimentos e enalteceu a língua pátria. O nacionalismo no Estado Novo tinha como finalidade despertar a brasilidade nos sentimentos mais íntimos dos indivíduos. Muitas daquelas canções patrióticas ficaram gravadas para sempre na memória dos escolares e professores, resultado do grande trabalho pedagógico em favor de sua aprendizagem. Aquele momento foi vivenciado por professores e alunos açorianos, brasileiros, alemães, poloneses, italianos e outros.

Este poder simbólico proposto pelo Estado, através das cerimônias cívicas e do Canto Orfeônico sustentado por um sistema educacional repressivo, atuou nas emoções de professores e alunos. Tinha maior força por tornar-se obrigatório através de decretos e leis. As reações dos pais dos estudantes e outros espectadores que ouviram constantemente aquelas melodias nacionalistas indicaram o impacto emocional provocado, ora com alegrias, ora com ressentimentos. E aqueles momentos vivenciados por euforias cívicas constroem muitas histórias que hoje se tornam preciosas ao pesquisador consciente e atento. O presente estudo se torna, portanto, mais um ponto de apoio para novas descobertas e outras tantas análises do que foram as cerimônias cívicas embaladas pelos sons dos cantos orfeônicos cadenciados pelo ritmo das marchas naqueles tempos de Estado Novo e seu projeto nacionalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÃO, João dos Santos. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina**: Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3º, 4º, trimestres de 1939, e 1940. Florianópolis, APESC.

¹⁴ “O princípio que leva o homem a agir é o coração, são suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem energética dos símbolos e dos emblemas. Rousseau esboça uma teoria da utilização desta linguagem no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas. É desse modo que se propõe instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário específico, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo, do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso”. BACZKO, Bronislaw. Op. cit. p. 301.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001. p.15-36.

BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, Jacy A. & BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. **Razão e paixão na política**. Brasília, Ed. da UNB, 2002. p.59-77.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do ensino**: aspectos políticos. 2. ed. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1942.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (1938, 1939, 1940, 1942)

FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2.ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

MARIZ, Vasco. **Heitor Villa-Lobos**: compositor brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMEY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Santa Efigênia, SP: Paz e Terra, 2000.

VILLA-LOBOS. **A Música nacionalista no governo de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Dip, s/d.

FONTES ORAIS:

BELZ, Leonor. 74 anos. Rio do Sul, 4/2/2006. Entrevista concedida a Tânia Regina da Rocha Unglaub.

BOSCO, João. 76 anos. Entrevista concedida a Marineusa Doermer Olívio. Rio do Sul, 9/2/2000. Apud: FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004. p. 73.

GIL, Mauro F. 79 anos. Florianópolis, 12/6/2005. Entrevista concedida a Tânia Regina da Rocha Unglaub.

LINS, Isabel da Silva. 81 anos. Florianópolis, 9/2/2006; 7/3/2006. Entrevista concedida a Tânia Regina da Rocha Unglaub.

LINS, Zenilda Nunes. 75 anos. Florianópolis, 8/2/2006. Entrevista concedida a Tânia Regina da Rocha Unglaub.

LIVRAMENTO, Dilma. 81 anos. Florianópolis, 7/9/2005. Entrevista concedida a Tânia Regina da Rocha Unglaub.

MARTINHAGO, Elizabeth Feldhaus. 73 anos. Entrevista concedida a Juçara de Souza Castello Branco. Lages. 12 /2/1997. Apud: FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004. p. 125.